



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2012 (Do Sr. Fernando Francischini)

Requer seja realizada reunião de Audiência Pública com os convidados que indica para discutir as denúncias sobre a realização de grampos ilegais contra parlamentares e jornalistas.

Senhor Presidente

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **requeiro** a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado a comparecer a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública, os convidados que abaixo indico para discutir assuntos referentes a grampos ilegais feitos contra parlamentares e jornalistas.

- Carlinhos Cachoeira – Bicheiro;
- Idalberto Matias de Araújo – Alcinha “DADÁ”;
- Joaquim Gomes Thomé Neto – Policial Federal aposentado

JUSTIFICAÇÃO

Notícias publicadas na imprensa nacional demonstram a existência de um esquema de grampos ilegais realizados em desfavor de Parlamentares,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO

Jornalistas e, possivelmente, de outras autoridades consideradas politicamente antagônicas.

O site do G1 publicou em 05 de abril do corrente a notícia intitulada **“PF vê indícios de que Cachoeira interceptou e-mails de deputado”**, como se pode observar íntegra da matéria abaixo:

5/04/2012 21h26 - Atualizado em 06/04/2012 07h48

PF vê indícios de que Cachoeira interceptou e-mails de deputado

Policial que trabalhava para bicheiro preso pela PF teria obtido mensagens. 'Vou reforçar requerimento de CPI', disse Fernando Francischini (PSDB-PR).

Do G1, com informações do Jornal Nacional

Investigação da Polícia Federal descobriu indícios de que a quadrilha do bicheiro Carlinhos Cachoeira interceptou e-mails do deputado federal Fernando Francischini (PSDB-PR). Cachoeira foi preso pela PF em fevereiro, durante a Operação Monte Carlo, acusado de chefiar um esquema de jogo ilegal em Goiás.

Preso na mesma operação, Idalberto Matias de Araújo, o Dadá, é suspeito de trabalhar como um "espião" para a quadrilha a fim de conseguir informações sigilosas. Reportagem da edição desta quinta (5) do jornal "Folha de S.Paulo" informa que ele coordenou, segundo a PF, a montagem de um esquema de interceptação ilegal de e-mails.

De acordo com a Polícia Federal, Dadá tinha a missão de descobrir, por exemplo, o dia de uma operação para fechar casas de jogos ilegais. Mas, ao grampear Dadá, a polícia descobriu que ele também pode ter contratado um ex-policial para monitorar ilegalmente o e-mail do deputado federal do PSDB.

Um relatório da PF mostra que, às 18h10 do dia 31 de janeiro deste ano, o policial aposentado Joaquim Gomes Thomé Neto



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO

liga para Dadá e diz: "É a mesma quantidade de ontem. O negócio parece ser importante".

Na análise de inteligência da PF, "a mesma quantidade" se refere à quantidade de mensagens de correio eletrônico interceptadas ilegalmente.
saiba mais

Às 18h45, Dadá liga para Thomé e fala: "Já tô num lugar mais seguro aqui. Dá pra gente passar agora a parada?"

Oito minutos depois, a polícia registrou outra conversa. Thomé diz para Dadá pegar a outra mensagem de Francischini. E depois relata parte do texto: "mensagem de Francischini para o nosso amigo: eu gostaria de falar com aquele rapaz lá do meio ambiente...".

A vítima da quebra de sigilo seria o deputado Fernando Francischini (PSDB-PR), que também é delegado da Polícia Federal. Ele reconhece a mensagem como dele mesmo. Diz que estava levantando informações sobre uma fazenda em Brasília, desocupada dias antes.

"Eu não tinha conhecimento. É um fato grave. Eu vou agora reforçar o requerimento de CPI do bicheiro Cachoeira para poder separar o joio do trigo, o político honesto do político bandido em Brasília", afirmou o deputado.

Como se pode observar da reportagem, um esquema paralelo de investigação ilegal foi montado para espionar autoridades e jornalistas no intuito de antecipar ou se prevenir de fatos que pudessem trazer à tona esquemas de corrupção e/ou outras ilegalidades.

Ademais, é dever desta Comissão apurar e esclarecer fatos graves como este que claramente mostram o poder de infiltração e intimidação do crime organizado, visando buscar possíveis soluções legislativas para minimizar tais acontecimentos.

Pelas razões acima expostas é que requeiro a realização da Audiência Pública, que julgo de fundamental importância para discutirmos assuntos inerentes aos grampos ilegais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO

Sala das Sessões, em de de 2012

Deputado **FERNANDO FRANCISCHINI**
PSDB/PR